

Aires Paulo Pedro Panda

UMA REFLEXÃO TEÓRICA EM TORNO DOS 19 ANOS DE PAZ EM ANGOLA.

A THEORETICAL REFLECTION AROUND THE 19 YEARS OF
PEACE IN ANGOLA.

RESUMO: Os 19 anos de paz em Angola constituem-se o ponto de partida para uma análise teórica sobre o desenvolvimento social e econômico do país. Escolhemos o recorte de tempo de 2002 a 2020. Durante esse período, vários acontecimentos moldaram o país. O referencial teórico foi delineado a partir da contextualização histórica pós-guerra civil em Angola. Os resultados apontam que Angola ficou estagnada por 19 anos em todos os setores-chave para o desenvolvimento de uma nação. Há carência de serviços como saúde, educação, saneamento básico, abastecimento de água, energia, assim como infraestrutura. O governo angolano resiste em promover a educação, há pouca transparência nos gastos públicos, e a causa são os interesses políticos e a centralização do poder.

PALAVRAS-CHAVE: Angola; Pós-Guerra Civil..

ABSTRACT: The 19 years of peace in Angola are the starting point for a theoretical analysis of the country's social and economic development. We chose the time frame from 2002 to 2020. During this period, several events shaped the country. The theoretical framework was drawn from the post-civil war historical context in Angola. The results show that Angola was stopped for 19 years in all key sectors for the development of a nation. There is a lack of services such as health, education, basic sanitation, water supply, energy as well as infrastructure. The Angolan government resists promoting education, there is little transparency in public spending, and the cause is political interests and centralized power.

KEYWORDS: Angola; Post-civil War.

Editor-Gerente

[Ivaldo Marciano de Franca Lima](#)

Editores

[Detoubab Ndiaye](#), Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus II

[Dr. Pedro Acosta Leyva](#), UNILAB - São Francisco do Conde /BA, Brasil

UMA REFLEXÃO TEÓRICA EM TORNO DOS 19 ANOS DE PAZ EM ANGOLA.

Aires Paulo Pedro Panda ¹

É importante realçar que Angola viveu décadas da sua história em guerra. Durante o período de 1961 a 1974, foi contra o poder colonial português; e a partir de 1975, uma guerra civil. Em 2002, a guerra civil chegou ao fim. Nesse ano de 2020, Angola está atravessando um período difícil em todas as dimensões, quer seja social, política, econômica, educacional ou cultural. Há retrocessos que impedem o desenvolvimento. Este estudo foi desenvolvido com o intuito de contribuir com conteúdo sobre os avanços após o fim da guerra civil, que foi um longo período pós-independência, que durou 27 anos.

A relevância deste trabalho está na tentativa de abordar os ganhos do país, assim como os principais aspectos conceituais, tendências e perspectivas. Vamos refletir sobre esse tempo de avanços e retrocessos.

Angola é um dos países no continente africano que mais cresceu economicamente, o segundo maior produtor de petróleo na África, mas ainda há uma carência muito grande de serviços como saúde, educação, saneamento básico, abastecimento de água, energia e infraestrutura. A escolha do tema oferece conhecimentos para os gestores e o setor público e visa contribuir para ampliar a discussão sobre a cultura participativa visando o bem comum, assim como novas ideias e reflexões para o desenvolvimento de políticas de cunho social.

O presente trabalho foi estruturado em cinco partes. A primeira delas corresponde a esta introdução onde é apresentada a problematização e a questão central deste estudo; seguida por uma discussão das contribuições teóricas de alguns pesquisadores tidos como referência no campo do desenvolvimento. A terceira parte contém a estrutura do trabalho e a metodologia e descreve claramente as ferramentas usadas para o levantamento das informações contidas neste estudo. Em seguida, os aspectos das discussões. Por último, as considerações finais do trabalho, bem como as referências, indicando as fontes de informação teóricas.

Breve histórico sobre Angola

Para falar de 19 anos de paz em Angola, é necessário fazermos uma revisão de natureza histórica e geográfica. Angola situa-se na costa ocidental do continente Africano e foi colônia

¹ Natural de Luanda. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Tocantins, Membro fundador e Vice-Presidente da Associação dos Filhos e Amigos da África (AFFA), no Brasil estado do Tocantins cidade de Palmas, Membro fundador da e Vice-Presidente da Associação dos Jovens Solidários do Rangel (AJSR), em Angola. Contato: pandaaires@hotmail.com.

portuguesa até 11 de novembro de 1975, quando conseguiu a independência após uma guerra pela libertação do poder colonial português. A partir de 1975, o país viveu um período de guerra civil que terminou em 2002.

A independência de Angola é tardia se comparada com seus pares como a República do Congo (anos 60) e a República da Zâmbia (em 64), ficando apenas atrás da República da Namíbia (anos 90). A jovialidade desse país começa mesmo após o fim da guerra civil em 2002 (AMBRÓSIO, 2020, p. 1).

Angola tem hoje 18 províncias (Estados): Uíge, Zaire, Lunda Norte, Lunda-Sul, Malanje, Luanda, Benguela, Huambo, Huíla, Cabinda, Moxico, Kuanza-Norte, Kuanza-Sul, Bengo, Namibe, Quando-Cubango, Cunene e Bié. Mais de 75% da população pertence ao grupo étnico banto, que abrange os grupos etno-linguísticos quicongo, quimbundo, umbundo, lunda-quioco, ganguela, n'haneca-humbe, hereró, ambós e xindonga. Todos esses grupos se dividem em subgrupos de línguas, mas o português é a língua oficial. Do ponto de vista religioso, professam-se crenças africanas tradicionais, para além de cristianismo (protestantes e católicos) e de religiões mistas entre as tradicionais e o cristianismo (JOSE, 2008, p. 175).

Ao longo de quase três décadas, os angolanos lutaram para sobreviver em meio a um dos mais longos conflitos da história moderna. Durante esse período, aproximadamente um milhão de pessoas morreram, 4,1 milhões foram deslocados e 400 mil foram levados para os países vizinhos: Zâmbia, Congo Brazzaville, República Democrática do Congo e Namíbia (HUMAN RIGHTS WATCH, 2003, p. 5). No dia 4 de abril de 2002 foi assinado o acordo de paz em todo território angolano. Os militares da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foram anistiados de todos os crimes cometidos durante o conflito armado e reintegrados nas Forças Armadas Angolanas.

Segundo Mangovo (2012), os esforços para a paz, como imperativo do desenvolvimento, permitiram registrar algumas tendências importantes: a maioria dos conflitos armados cessa pelo aniquilamento trágico de uma parte ou pelo encontro de um ponto de equilíbrio para ambas as partes que exige cedências e ganhos. A paz trouxe esperança, mas também novos desafios e prioridades. Um dos grandes desafios é melhorar a educação, saúde, saneamento básico, transporte público e infraestrutura.

O fim da guerra civil, em 2002, constitui-se, assim, no acontecimento mais importante. Se, por um lado, chegou o momento para, em termos políticos, consolidar a democracia, desenvolver o espaço que permitia o exercício dos direitos de cidadania consagrados na constituição, igualmente, em termos econômicos, chegou o momento de se dar início ao processo de arranque da economia, motor essencial para se empreender outros projetos, como seja, a edificação do estado social (LIBERATO, 2018, p. 36).

Segundo Ambrósio (2019), o governo angolano enfrentava graves problemas na sua estrutura econômica. Assim, houve a necessidade de novo financiamento para a reconstrução de infraestruturas, e para as reformas estruturais macroeconômicas com o objetivo de se reduzir o desemprego e o grau da pobreza. A obtenção destes empréstimos foi dificultada pelo FMI, alegando falta de organização nas contas nacionais de Angola. Podemos realçar que foi em 2002 que o país começou a dar os primeiros passos em vários aspectos, quer no ponto de vista de seu crescimento econômico, assim como empresários da Europa, China e América escolheram o país para investirem ou expandirem seus negócios. Para Ambrósio (2020), criou-se um ambiente para progressão da política (organização e, mais tarde, eleições regulares), da democracia (algum grau de abertura da opinião pública e outros), de uma sociedade civil mais livre etc.

De 2002 a 2020, o setor público em Angola tem sido confrontado com uma maior exigência por parte dos cidadãos, exigindo melhoria na prestação de serviços públicos, assim como transparência e maior efetividade das políticas públicas. Mediante essa análise, que futuro estamos construindo? O depois apresenta-se nebuloso, porém ainda é tempo de mudarmos estas previsões, de sairmos do estado de alienação que nos encontramos alimentado sobretudo pelo consumo de álcool e pela corrupção. Não temos motivos para comemorar, mas temos todos os motivos para nos unirmos e continuarmos a luta em prol de um mesmo lugar, de um mesmo bem comum: Angola, o nosso país bem-amado (ROCHA, 2014, p. 21).

Em minha opinião, a paz em Angola fez renascer a esperança para o povo angolano, mas não libertou os angolanos, porque ainda se faz presente a ditadura, sem liberdade de expressão, sem direitos humanos, onde a opressão ainda é uma realidade. O país se libertou do regime português, mas continua usando as mesmas práticas, só que agora é de angolanos para angolanos. Segundo o World Bank Group (2018), em 2017, Angola era a terceira maior economia, atrás da Nigéria e África do Sul na África Subsaariana; e sexta em PIB *per capita*. O país tem o terceiro crescimento da população mais rápido do continente, o que irá alimentar a procura por ocupação remuneratória e que poderá tornar-se uma fonte de fragilidade se não forem criados empregos para a crescente mão de obra.

Esse período de 2020 é marcado pelo retrocesso da política do estado. A falta de uma gestão sólida e transparente tem gerado uma onda de manifestações da população. Há três fatores importantes que podemos levar em consideração. Angola é um país novo e tem uma população jovem, é um país rico em recursos naturais com potencialidades e tem oportunidades de investimentos estrangeiros, vantagens essas que os gestores e líderes da conjuntura atual não levaram em consideração. Continuamos a ser um só povo multicultural e multiétnico, mas ainda existe uma resistência por parte dos governantes em criar estratégias para que os interesses políticos, nacionais não separem a população nem criem desigualdades econômicas e sociais.

Para Oliveira (2019), espera-se um Estado forte e pronto para intervir e garantir o bem-estar da coletividade, frustrando os interesses do grande capital internacional. Espera-se um Estado pronto para realizar transformações sociais e ambientais no interior de suas fronteiras. Espera-se um Estado que transforme o contexto ao entregar à sociedade um conjunto de bens e serviços que permitam à pessoa humana avançar na realização de suas próprias potencialidades (Celso Furtado). O sonho dos angolanos mais uma vez foi adiado, porque os dirigentes políticos não conseguiram transformar o calar das armas em uma realidade de paz verdadeira. Como falar de paz num país onde as políticas públicas não beneficiam a vida da população? Como falar de desenvolvimento pós-guerra civil em um país corrupto? São essas questões que levam a afirmar que é importante que todos os atores sociais façam parte desse projeto de reconstrução nacional e contribuam para um país melhor.

Perspectivas e desenvolvimento

Segundo Ambrósio (2017), Angola é um país africano que faz parte da comunidade de desenvolvimento da África Austral. É um dos pouquíssimos países com abundantes recursos naturais que podem propiciar o seu desenvolvimento através, até mesmo, da exportação por via das commodities de alto valor agregado, a exemplo de países como a Austrália, ou através de um volume de capital que transforma esses recursos em bens intermediários ou finais para exportação.

As perspectivas de crescimento futuro, apesar dos obstáculos, parecem positivas. Angola é rica em recursos naturais. Estima-se que a terra arável seja quase do mesmo tamanho que a França, apenas 8 por cento da qual está a ser usada. A água é abundante: há 77 bacias fluviais e 43 bacias hidrográficas, já uma fonte de geração de energia hidroelétrica renovável significativa. As diversas condições climáticas e de solo que cobrem cinco principais zonas ecológicas oferecem um potencial para uma variedade de produção agrícola. A localização costeira de Angola oferece acesso a recursos marinhos e torna-a uma porta de entrada para o comércio com a África Central. A pesquisa geológica recente aponta para recursos minerais inexplorados, depósitos de diamante e cobre notavelmente importantes.²

A função do Estado é concebida como uma dimensão econômica, social e política, implicando, para efeitos de desenvolvimento da sua ação, ajustes nas sociedades que passam pela dinâmica de relacionamento entre as políticas econômicas e sociais. Não obstante a fraca incidência atual de algumas políticas keynesianas de incentivo à atividade econômica, constata-

² Este relatório foi apresentado pelo World Bank Group é uma instituição de desenvolvimento global virada para o sector privado em mercados emergentes. 2018, p. 10. Disponível em: <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/3d887219-c4d5-4ec1-8d99-94268a17eb00/201905-CPSD-Angola-Portuguese.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mGZbKSQ>. Acesso em 3 de mar. de 2020.

se que a ação dos Estados industrializados e democráticos da Europa continua a orientar-se pelas mesmas políticas (CAPITA, 2012, p. 4).

Para que haja desenvolvimento econômico a experiência histórica ensina que é essencial que as instituições garantam, em primeiro lugar, a ordem pública ou a estabilidade política, em segundo lugar, o bom funcionamento do mercado, e, em terceiro lugar, boas oportunidades de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar. É necessário, portanto, que o estado, na sua qualidade de instituição maior, seja forte: tenha legitimidade e capacidade para formular políticas, cobrar impostos e impor a lei. Para que o estado seja forte não é necessário que seja 'grande', mas não poderá ser 'pequeno' porque se o for não terá os meios necessários para garantir essa legitimidade. Quando falo em tamanho do estado, ou, mais precisamente, do aparelho do estado, estou falando em carga tributária em relação ao PIB (PEREIRA, 2006, p. 6).

Segundo Pereira (2006), o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural. Estas políticas surgem como resposta às disfuncionalidades do mercado, aos conflitos sociais. Assim, com vistas a estimular a atividade econômica, são apresentadas as seguintes políticas de forma sintetizada: as despesas orçamentais destinadas aos investimentos em obras públicas; as políticas de orientação macroeconômica de regulação do mercado; as políticas sociais de gastos públicos; as políticas que visam o aumento da propensão para o bem comum.

As elites dirigentes angolanas faliram em sua tarefa de construção da nação e fizeram malograr um primeiro encontro importante com a história. Depreciam as energias, as aspirações e a solidariedade populares construídas pela conquista da independência e para quem certamente o projeto era aquele de uma sociedade mais justa e mais igualitária. Mas em vez da ruptura necessária, eles se intermediaram, preferindo garantir o essencial dos privilégios neocoloniais das forças metropolitanas em uma espécie de continuum histórico (SANTOS, 2001, p. 109).

Segundo Pereira (2006), o crescimento da produtividade de um país depende, diretamente, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico à produção. Investimento e progresso técnico, por sua vez, dependem, em geral, da qualidade das instituições formais (políticas, leis) e informais (práticas sociais ou usos e costumes) que cada sociedade nacional estiver adotando. Ainda é tempo de recomeçar. Podemos buscar o exemplo de Cabo verde, de Ruanda e outros países que entenderam que tudo é possível quando se tem vontade política. Os interesses individuais estão vinculados aos interesses coletivos. Chegou o momento em que os angolanos são chamados para este desafio de assumirem essa responsabilidade como condutores do processo de desenvolvimento do país.

É preciso que o Estado e seus governos em Angola estabeleçam a participação de vários atores sociais para pensarem em conjunto um modelo de desenvolvimento de acordo com a

realidade dos angolanos e estabeleçam medidas de transparência das instituições públicas através do processo participativo na tomada de decisões onde a sociedade civil organizada vai poder dialogar com o governo.

São os estados-nação e seus governos que serão os condutores do processo de desenvolvimento, através da definição de instituições necessárias ao desenvolvimento capitalista, como a garantia da propriedade e dos contratos, a proteção da indústria nacional, e os mais variados sistemas de estímulo ao investimento produtivo, e também através da institucionalização da educação pública universal que permitirá o aumento da produtividade em toda a economia. 4 São os empresários que, ao nível de cada empresa, irão fazer a diferença através da atividade inovadora visando obter vantagens monopolísticas principalmente pela incorporação sistemática de progresso técnico à produção. 5 Através de um demorado processo de institucionalização política e econômica, empresários, burocratas do estado e políticos eram os grupos sociais chave no processo da definição de estratégias nacionais de desenvolvimento que iam mudando à medida que mudavam as características estruturais da economia e da sociedade (PEREIRA, 2006, p. 4).

Aspectos metodológicos

Nesta seção é apresentada a metodologia, as técnicas de coleta de dados e a análise de dados aplicados no desenvolvimento desse trabalho. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva e exploratória. O referencial teórico foi delineado a partir da contextualização histórica, pós-guerra civil de Angola, e da conceitualização de desenvolvimento. Podemos dizer que este estudo foi planejado desde o começo como bastante flexível e envolvendo critérios e características que possam mostrar diversos aspectos do fato estudado.

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002). Pode-se afirmar que a gestão social sendo um campo em construção em Angola é pouco explorada por profissionais de outras áreas de conhecimento, por isso há escassez de referenciais teóricos e metodológicos. Observa-se que nos 40 anos de independência, Angola ficou parada em todas as áreas que possibilitavam o desenvolvimento de uma nação.

Os resultados apontam para a necessidade de uma combinação que junta cidadania, democracia e desenvolvimento local, além do fortalecimento dos laços comunitários e de identidade coletiva. Demonstram que o desenvolvimento de mecanismos de relação horizontais entre o governo e a sociedade deveriam substituir a velha tradição hierárquica de o chefe do

executivo chamar para si a responsabilidade pela decisão sobre a alocação de recursos públicos. Uma política de desenvolvimento deve considerar especificidades locais com enfoque em sustentabilidade política, social e cultural, apoiada na interação comunicativa de seus diferentes atores, agentes políticos, agentes econômicos e agentes sociais (TENÓRIO, 2016, p. 10).

Angola precisa de melhores políticas e quadros fiscais que se afastem de políticas de investimento público pró-cíclicas e voláteis. Angola enfrenta vários desafios fiscais, tais como: (a) estabilizar fluxos de receitas de petróleo a curto prazo e mitigar o seu impacto pró-cíclico sobre a política fiscal, (b) preparar-se para o potencial de uma forte redução nas receitas de petróleo ao longo dos próximos 15 a 20 anos e (c) reduzir a dívida externa para níveis que possam ser geridos no futuro. Durante os anos do boom, os investimentos públicos foram importantes. Contudo, podem não ter sido sempre sustentáveis, conforme ilustrado pelos grandes investimentos em infraestruturas (como alguns projetos de porto de águas profundas) e atividades produtivas (como grandes projetos agroindustriais e de construção).³

Em Angola faltam condições fundamentais para investimento privado, o que compromete as suas perspectivas de diversificação, como diz Pereira (2006). Não existe desenvolvimento sem que a produção e a renda média cresçam. A macroeconomia precisa ser estabilizada. É preciso um investimento sério na educação, como diz Nelson Mandela, quando afirmou que “A Educação é a única arma que pode mudar o mundo”.

Por outro lado, do espectro, o sector privado é esmagadoramente representado por sociedades unipessoais, e as empresas são pequenas, em média. Uma maioria (55 por cento) são sociedades unipessoais e conjuntamente empregam um número relativamente pequeno de pessoas (21 em média). Quase 60 por cento das empresas estão concentradas em Luanda. Vários sectores prosperaram durante os anos do boom de petróleo: construção e imóveis, comércio e distribuição, bem como o financeiro, estão ligados a fluxos de caixa de petróleo e construção. (...) A agricultura e a indústria transformadora, que por muito tempo têm sido priorizadas pelo governo para apoio e expansão, não conseguiram desenvolver-se apesar de receberem grandes investimentos públicos.⁴

Percebe-se que apesar do tempo decorrido, o governo tem enfrentado sérios problemas em relação à gestão da máquina pública. Houve um crescimento da população em todo o território, assim como muitos cidadãos do interior do país emigraram para a capital Luanda a procura de melhores condições de vida. Isso, automaticamente forçou o governo na busca de

³ As constatações, opiniões aqui expressas pelo World Bank Group 2018, p.11. Disponível em: <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/3d887219-c4d5-4ec1-8d99-94268a17eb00/201905-CPSD-Angola-Portuguese.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mGZbKSQ>. Acesso em 3 de mar. de 2020.

⁴ 2018, p. 11. Disponível em: [em:https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/3d887219-c4d5-4ec1-8d99-94268a17eb00/201905-CPSD-Angola-Portuguese.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mGZbKSQ](https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/3d887219-c4d5-4ec1-8d99-94268a17eb00/201905-CPSD-Angola-Portuguese.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mGZbKSQ). Acesso em: 3 mar. de 2020.

alternativas para atender às demandas da população. Há muito o que se fazer para o funcionamento das instituições públicas, dos serviços de saúde, energia, água potável. Para isso, é essencial que haja um processo de crescimento das pessoas que dirigem as instituições públicas. Esse é um dos principais caminhos para determinar a maior ou menor aceleração do desenvolvimento capitalista.

Angola pode ser vista como um país longe do desenvolvimento. Sendo assim, torna-se necessário ao estado criar políticas públicas que possam garantir as condições básicas para a sociedade angolana como um todo, tendo sempre em conta que se trata de uma sociedade traumatizada, martirizada, sofrida, carente, desiludida, sem rumo por falta de um olhar atento do Estado angolano que não soube gerir o bem comum em benefício do povo.

Para o êxito da implementação das reformas, Angola deve criar uma cultura de concretização de reformas dentro do governo, aprendendo com sucessos em outros países, e alcançada através de equipas da função pública dedicadas e capacitadas. Na Coreia, o presidente criou o Conselho Nacional de Competitividade, assim como o Peru, Colômbia e Costa Rica; na Malásia, o Primeiro-Ministro criou a PEMUDAH, uma força tarefa para melhorar a regulamentação de negócios; no Ruanda, o Conselho de Desenvolvimento de Ruanda foi encarregado de coordenar esforços e supervisionar a implementação de reformas. Melhorar significativamente os regulamentos que capacitem o sector privado deve ser uma prioridade. A pontuação de Angola está no decil inferior de muitos indicadores, como os dos relatórios do Doing Business.⁵

Que o estado, na sua qualidade de principal instituição normativa de uma sociedade moderna, torne-se, na sua outra qualidade de instituição organizacional, o instrumento por excelência de ação coletiva da nação para promover o desenvolvimento econômico se esta é suficientemente forte para formular uma estratégia nacional (PEREIRA, 2006, p. 2). Santos (2001), em seus estudos em economia, democracia e justiça em Angola, realça que este projeto nacional deve ter como base aquilo que une o povo angolano: sua história comum e suas características específicas, o pluralismo cultural e linguístico, a produção e distribuição da riqueza, a ajuda mútua e a solidariedade.

Considerações finais

No presente trabalho buscou-se fazer uma análise teórica sobre os 19 anos de paz em Angola. Dada a incipiência dos estudos voltados para o desenvolvimento pós-guerra civil em

⁵ 2018, p. 13. Disponível em: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/3d887219-c4d5-4ecl-8d99-94268*17eb00/201905-CPSD-Angola-Portuguese.pdf?MOD=AJPERES&CVID=GZbKSO. Acesso em 20 de mar. de 2020.

Angola, a presente pesquisa contribuiu para a discussão dos sucessos e insucessos do Estado. Quais os avanços e ganhos que tivemos dentro deste intervalo de tempo? Hoje, com a paz definitiva, Angola passa por um profundo processo de restauração estrutural, com forte cooperação e recursos aportados pelo governo chinês, reorganizando e reconstituindo a sua esfera política, a sociedade e economia. A região da África Austral está com boa estabilidade política graças ao fim de conflitos, ao amadurecimento da democracia racial na África do Sul e na Namíbia, aos progressos da democracia em Moçambique e ao fim também da guerra civil na República Democrática do Congo (LIBERATO, 2018, p. 43).

É importante que o Estado considere a importância da participação da sociedade civil organizada na esfera pública, a valorização de quadros, bem como a diversificação da economia, educação, saúde e do meio ambiente em prol da melhoria do bem-estar dos cidadãos. A redução das desigualdades e da pobreza e a promoção do nível de desenvolvimento humano são condições essenciais para o progresso da esfera pública assim como o setor econômico e social do País. A valorização da solidariedade entre gerações é também uma dimensão muito importante, traduzida pela criação de mais oportunidades para os mais jovens, pela valorização do papel da pessoa idosa na sociedade e, ainda, pela proteção e promoção dos direitos da criança.

A revisão de restrições ao investimento em todos os sectores realizada para o presente diagnóstico revela um vasto leque de barreiras proibitivas a investimentos privados. Dois conjuntos de restrições estão presentes em toda a economia: capacidades produtivas fracas e mercados fechados (ambas que estão ligadas até certo ponto) e apresentam uma barreira quase intransponível para o investimento. A contestabilidade do mercado é baixa devido ao domínio de EPs e titulares investidos, políticas de investimento historicamente restritivas (agora afrouxadas em vários sectores), barreiras informais a investimentos, alta proteção tarifária de indústrias angolanas, procedimentos comerciais e logísticos onerosos e supervisão regulatória geralmente fraca (WORLD BANK GROUP, 2018, p. 13).

Segundo a discussão dos atores em relação ao desenvolvimento em Angola, fica claro que, sem reformas políticas, fica difícil enxergar o desenvolvimento. Segundo Pereira (2006), essencialmente o desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante, implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção.

Angola caminhará para o desenvolvimento quando os políticos começarem a entender que os interesses individuais estão vinculados aos interesses coletivos; e retomarem a questão democrática articulada como políticas de desenvolvimento baseadas numa cultura de avaliação assente em princípios claros e transparentes e com o intuito de compreender por que certos

setores da sociedade angolana demonstram tanto temor pela ampliação dos processos participativos na esfera pública.

Para futuras pesquisas recomenda-se que novos estudos sejam realizados com o intuito de dar continuidade à abordagem de uma reflexão teórica sobre 19 anos de paz em Angola. Sugere-se, ainda, comparar os resultados desta pesquisa com outros resultados. Propõe-se ações como pesquisa de campo e estudo sobre o tema que ofereçam possibilidades de estratégias bem-sucedidas para as instituições públicas em Angola, resultando no desenvolvimento da boa gestão do bem comum e dos gestores públicos do país assim como melhorar os serviços público ao serviço do cidadão.

Referências bibliográficas

AMBRÓSIO, Heitor Simão Afonso. **Angola é um País Jovem e Oferece Oportunidades de Negócios! Por que?** 2020. Disponível em: <<https://ensaioseopinioeseconomiaangolanaeaficana.wordpress.com/2020/02/08/angola-e-um-pais-jovem-e-oferece-oportunidades-de-negocios-por-que/>>. Acesso em: 23 de mar. de 2020.

_____. **Moeda e papel do Estado: O Caráter Ortodoxo ou Heterodoxo da Política Econômica em Angola.** Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. UNB, 2019.

_____. Por Quê Angola Importa Muito? Um Olhar Sobre o Desequilíbrio Para o Desenvolvimento. **Ensaios e Opiniões.** V.1, p. 1-10, 2017.

CAPITA, Jorge Dos Santos Bonito. **Administração Pública Local da República de Angola e o E-government: Proposta de um Portal Municipal.** Dissertação de Mestrado em Administração Pública. Instituto Universitário de Lisboa. ISCTE. 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

JOSÉ, Joveta. **Angola: Independência, Conflito e Normalização.** V.2 Editora UFRGS, 2008. 179 p.

HUMAN RIGHTS WATCH. A Luta em Tempos de Paz o Retorno e Reassentamento em Angola. 2003. Disponível em: Acesso em: 20 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/angola0803/>>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

LIBERATO, Ermelinda. O Antes, o Agora e o Depois: Angola 40 Anos Depois. **Mulemba.** V. 5, p. 31-51, 2015.

MANGOVO, Patrício. Os Desafios da Paz em Angola e as Dinâmicas do Conflito em Cabinda. **Nação e Defesa.** V. 5, N. 131, p. 91-123, 2012.

OLIVEIRA, Murthala Françony Bravo. **Matemática da Coerência.** 2019. V.1, 1a. ed. São Paulo: Editora Literáfrica, 2019. 131p.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. In: Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas, 2006, FGV. São Paulo 2006, p. 12-19. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1973>

ROCHA, Alves Da. **As Perspectivas de Crescimento Económico de Angola até 2020**. V. 2. ed. Luanda: Editora CEIC-UCAN Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola. 2014. 30p.

SANTOS, Daniel Dos. Economia, Democracia e Justiça em Angola: O Efêmero e o Permanente. **Estudos Afro-Asiáticos**. V. 23 nº1, p. 99-133, 2001.

TENÓRIO, Fernando G. **Cidadania. Território e Atores. Sociais**. V. 4, Ed. FGV Rio de Janeiro, 2016. 440p.

WORLD BANK GROUP. Diagnóstico do Sector Privado do País. Criação de Mercados em Angola Oportunidades de Desenvolvimento através do Sector Privado. 2018, Luanda p.1-92. Disponível em: <https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/3d887219-c4d5-4ec1-8d99-94268a17eb00/201905-CPSD-Angola-Portuguese.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mGZbKSQ>

Recebido em: 11/01/2020

Aprovado em: 06/05/2020